



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**PARECER N°** 044/2017/CE  
**PROCESSO N°** 00190.100855/2017-04 (SECI'S N° 00096.003762/2017-19 E 00096.003765/2017-36)  
**INTERESSADO:** [REDACTED]  
**ASSUNTO:** PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA. MAGISTÉRIO.

Prezados (as) Membros da Comissão de Ética,

## I. RELATÓRIO

1. Trata o presente Parecer de Pedidos de Autorização protocolados em 24/10/2017 no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI sob os números 00096.003762/2017-19 e 00096.003765/2017-36, pelo Auditor Federal de Finanças e Controle [REDACTED], lotado na Controladoria Regional da União no Estado da [REDACTED].

2. Por ser o conteúdo dos Pedidos de Autorização em muito semelhantes, e tendo em vista o princípio da economia processual, o presente Parecer abrange ambos.

3. Nas solicitações, apresentadas na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria Interministerial n.º 333, de 19 de setembro de 2013, o requerente prestou as seguintes informações no formulário disponibilizado:

### Processo SeCI 00096.003762/2017-19

**1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:**

III - Exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

**2- Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:**

Exercício do Magistério, em especial capacitações na área de licitações e contratos, normas gerais e situações de pleno conhecimento público, para público ecletico, dentre eles servidores públicos.

**3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes.**

Sim

CPF/CNPJ: 26.874.592/0001-64

**Tipo do Vínculo**

Sócio cotista sem nenhuma atividade de administração ou gerência.

**4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.**

Não

**5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?**

Atividades de Auditoria, Fiscalização, Correição, prevenção à Corrupção e ouvidoria.

**6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?**

Atividades de Prevenção à corrupção

**7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.**

Sim

**Informações:**

Tenho acesso limitado, considerando a natureza do cargo, a sistemas de dados e relatórios de fiscalização e de auditoria.

**8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.**

Não

**9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.**

Nos cursos podem participar agentes públicos de entidades fiscalizadas pelo órgão. Apesar do conteúdo do curso ser de conhecimento geral e inexistir menção a quaisquer atividades da CGU que já não seja de domínio público.

**10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:**

Uma autorização expressa para exercer a atividade privada que você pretende desenvolver.

**Processo SeCI 00096.003765/2017-36**

**1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:**

NÃO SEI IDENTIFICAR.

**2- Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:**

Magistério - Capacitação. Cursos relacionados ao Direito Administrativo e a Gestão Pública.

**3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes.**

Não

**4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.**

Não

**5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?**

Fiscalização, Auditoria, Corregedoria, Prevenção e Ouvidoria

**6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?**

Prevenção e Ouvidoria

**7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.**

Sim

**Informações:**

Tenho potencial acesso a sistemas de informações e relatórios de auditoria e fiscalização.

**8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.**

Não

**9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.**

Poderão participar agentes públicos nessas capacitações. Nesse sentido, e considerando a inexistência de poder decisório capaz de interferir nos interesses dos participantes do curso, e considerando que o conteúdo do curso é de conhecimento público, além da apresentação de normas

legais, quero saber se existe algum óbice a minha participação como instrutor remunerado ou não nesse tipo de evento.

**10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:**

Uma autorização expressa para exercer a atividade privada que você pretende desenvolver.

4. O requerente declarou que não está em exercício fora do órgão / entidade de origem e que não ocupa cargo em comissão (DAS ou equivalente).

5. Os elementos apresentados oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse envolvendo o caso em tela, atendendo aos requisitos de admissibilidade contidos no art. 3º da Portaria Interministerial n.º 333/2013, quais sejam: (i) a identificação do interessado, (ii) referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e (iii) a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.

6. É o relatório.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

7. Admitido o pleito, inicia-se a análise quanto ao seu mérito.

8. Considerando que o caso concreto envolve Pedido de Autorização sobre a existência de conflito de interesses, mais especificamente, atuação em atividades de magistério, a avaliação deve ser feita conforme o disposto na Lei 12.813/2.013, combinada com as previsões de demais regulamentos aplicáveis ao caso.

9. Conforme declarações do servidor preliminarmente expostas, a atuação pretendida não tem relação com as atribuições do cargo, nem com o papel institucional deste Ministério. Assim, a princípio, não se constitui confronto entre interesses públicos e privados, desde que respeitados os termos da declaração apresentada, além das disposições e ressalvas a seguir.

10. Registrem-se em um primeiro plano, como aplicável a todos os servidores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, dentre outras, as disposições da Lei 12.813/2.013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses, bem como à vedação da utilização de informação privilegiada em qualquer atuação; e os termos da Lei 8.112/1.990, os quais tratam do dever dos servidores de guardar sigilo sobre *assunto da repartição* (artigo 116) e da proibição de *revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo* (art. 132, inciso IX).

11. Quanto ao exercício específico de atividades de magistério, reitere-se a importância de se observar a Orientação Normativa (ON) CGU nº 2/2.014, que “dispõe sobre o exercício de atividades de magistério por agentes públicos do Poder Executivo Federal”. Em seu artigo 6º, a ON afirma (grifei):

*Art. 6º As atividades referidas nesta Orientação Normativa dispensam a consulta acerca da existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada, previstos na Lei nº 12.813, de 2013.*

*Parágrafo único. O exercício de atividades de magistério para público específico que possa ter interesse em decisão do agente público, da instituição ou do colegiado do qual o mesmo participe deve ser precedido de consulta acerca da existência de conflito de interesses, nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013.*

12. Logo, tem-se que não foi informado se o público alvo da atividade sob análise é específico e ou que "possa ter interesse em decisão do agente público, da instituição ou do colegiado do qual o mesmo participe". Não obstante, **registro que, havendo alunos, colegas de magistério ou a própria instituição promotora interesses em decisão (i) do requerente no âmbito da CGU ou (ii) da CGU, deve este se atentar para a estrita observância das diretrizes legais contidas no inciso 10, bem como pautar sua conduta (por ser detentor de cargo público federal e pertencente aos quadros da Controladoria-Geral da União) de maneira isenta, profissional e respeitosa, jamais prejudicando o valor ético da instituição CGU.**

13. Cumpre finalmente ressaltar o que dispõe a Portaria CGU 651/2.016, quanto ao exercício de outra atividade remunerada que não configure conflito de interesses. As restrições abaixo elencadas

(grifei), destaco, se por um lado possibilitam o recebimento da remuneração correspondente, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública, por outro demandam que a referida atividade não prejudique seus deveres para com a CGU.

*Art. 3º O exercício da atividade de que trata o art. 2º não poderá, ainda:*

*I – comprometer o desempenho das atividades de seu cargo efetivo da Carreira de Finanças e Controle; e*

*II – ocorrer em horário incompatível com as atividades desempenhadas na CGU.*

*Parágrafo único. O desempenho funcional e a compatibilidade de horários entre a atividade do cargo da Carreira de Finanças e Controle e a atividade pretendida, pública ou privada, serão avaliados e acompanhados pela chefia imediata do servidor, mediante instrumentos institucionais de controle.*

14. Um último, mas importante, registro faço no sentido de que o presente parecer se dá em sede de análise preliminar a partir das informações prestadas pelo requerente, tendo em vista a função consultiva e preventiva da Comissão de Ética da CGU. Situações divergentes das informadas e que possam caracterizar eventuais infrações à Lei nº 12.813/2.013, com seus respectivos fatos probatórios, estão sujeitos à devida apuração disciplinar pela área competente.

### III. CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, nos termos do inciso V do artigo 8º da Lei 12.813/2.013, regulamentado pela Portaria MP/CGU 333, em especial no §3º do artigo 6º, combinado com o disposto na Portaria CGU 2.120/2.013, e conforme a Portaria nº 651/2.016, opina-se pelo afastamento do potencial conflito de interesses, observados os termos do Pedido realizado bem como os registros dos itens 9 a 13 supra, a fim de prevenir situação que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

16. Haja vista o interesse da Comissão de Ética em prover aos servidores a melhor orientação, sugere-se que ao registro da decisão no SeCI seja anexado o presente parecer, bem como **seja esclarecido junto à chefia do servidor que o presente Parecer e sua consequente deliberação não excluem da alçada hierárquica as responsabilidades e competências relativas ao acompanhamento de jornada de trabalho e desempenho funcional por parte do requerente.**

17. É o parecer.

18. À Comissão de Ética para apreciação e deliberação.

**PRISCILA ESCÓRCIO DE FRANÇA DINIZ**

Membro Relatora

### EXTRATO DA DECISÃO

Certifico que a Comissão de Ética deliberou sobre os processos acima e aprovou, por unanimidade, o Parecer 044/2017/CE em reunião ocorrida nesta data. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, configura autorização para o exercício da atividade privada pretendida, nos termos do §3º do art. 6º da Portaria MP/CGU 333/2013.

*Trata-se de processos instaurados por servidor (a) com objetivo de pedir autorização para o exercício de atividade privada durante vínculo com o Poder Executivo Federal, mais especificamente atividades de magistério. Em princípio, a relatora entendeu que os elementos apresentados pelo (a) servidor (a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n.º 333/2013. Adiante, à luz das*

*informações prestadas, concluiu-se pelo afastamento do potencial conflito de interesses. Todavia, pontuou-se, “como aplicável a todos os servidores públicos federais”, diversas disposições da Lei 12.813/2.013, da Lei 8.112/1.990 e da Orientação Normativa nº 02/2.014. Proposta a manifestação pela inexistência de potencial conflito de interesses, com a observância das cautelas descritas, a Comissão decidiu por unanimidade acatar o parecer da relatora.*

**CYRO RODRIGUES DE OLIVEIRA DORNELAS**

Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA ESCORCIO DE FRANCA, Membro Suplente da Comissão de Ética**, em 09/11/2017, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CYRO RODRIGUES DE OLIVEIRA DORNELAS, Secretário-Executivo da Comissão de Ética**, em 09/11/2017, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 0517451 e o código CRC FB1E009D

Referência: Processo nº 00190.100855/2017-04

SEI nº 0517451